

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: ISABEL DO CARMO • REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Castilho, n.º 70 — LISBOA • Ano III 1 • N.º 107 29-5-77 SEMANAL • PREÇO 1\$50 AVENÇA

Revolução

DE NOVO A POLÍCIA DE CHOQUE



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

CONTRA A INFORMAÇÃO DA BURGUESIA

Nos tempos em que o PCP monopolizava a informação e não permitia que qualquer outra força a pudesse utilizar, a direita, com o PS à cabeça, falava em pluralismo, em liberdade de imprensa, etc....

Agora que o PS é Governo, não só não permite que a esquerda utilize os meios de informação, como deixa, entretanto, que posições nitidamente fascistas se oçam na rádio, vejam na televisão e leiam os jornais.

As provocações aos trabalhadores e aos revolucionários são o pão de cada dia.

A esquerda revolucionária é acusada de preparar golpes de Estado etc....

Tudo isto para quê? Para que a opinião pública se convença que os revolucionários são uns sanguinários, isto fazendo parte de uma campanha ideológica que ajudará um golpe fascista, baseada na argumentação de que o país estava num caos, na desordem, ou então para possibilitar a ilegalização de organizações revolucionárias que ponham a questão da unidade e organização dos trabalhadores para esmagar o fascismo e fazer a Revolução Socialista.

Todas estas provocações devem ser

mais um estímulo para os trabalhadores se unirem, organizarem e lutarem até ao derrube do capitalismo, sistema de exploração dos que tudo produzem pelos que passam a vida em soirées, festas, cocktails e a reclamarem que os trabalhadores são uns malandros, que não querem é trabalhar, que quem é boa vida.

Para acabar com esta canalha exploradora, os trabalhadores têm de lutar também pelo fim da informação fascista e por uma informação revolucionária.

A ideologia é um dos meios utilizados pela burguesia para a divisão dos trabalhadores; foi por isso que o fascismo manteve o povo português no obscurantismo e é por isso que a burguesia calunia os revolucionários através da informação que detém.

ABAIXO A INFORMAÇÃO DA BURGUESIA!

... POR UMA INFORMAÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA!

... FORA COM A CANALHA — O PODER A QUEM TRABALHA!

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

P. A.

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA ERNESTO E LUÍS LIVRARIA — BIBLIOTECA

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS	Semestral	110\$00	Pagamento
	Anual	220\$00	
ESTRANGEIRO	Semestral	400\$00	Em cheque <input type="checkbox"/>
	Anual	800\$00	Em vale <input type="checkbox"/>

**Lê
assina
divulga**

Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

S.ª Iria de Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. e de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22981
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65
ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algés de Cima
Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de ANDRADE, 1 Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel.: 28949

BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312
TORRÃO — Horta Seca — 66132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998
ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17 — 24658
MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

EANES E A EVOLUÇÃO DO PODER

A partir dos discursos de Eanes no 25 de Abril, que continham de forma clara o projecto que o Presidente da República tem para a evolução deste poder, os partidos tomaram posição perante essa evolução que se avizinha.

Simultaneamente, o imperialismo, usando e abusando da chantagem que acompanha os «desinteressados empréstimos», influi de forma decisiva nas linhas por onde segue o poder burguês.

Os discursos do PR foram determinantes na medida em que demonstraram, a quem ainda tinha dúvidas, a opção de Eanes por formas governativas que têm sido propostas pela direita como alternativa para a crise. E ao optar claramente desencadeou um processo que não pode (se o desejasse, o que não é o caso) fazer recuar: uma quebra no apoio à actual equipa ministerial e o enveredar inevitável tendo como acompanhantes o PSD e o CDS pelas vias situadas principalmente no campo deste último.

No seu discurso Eanes desfez o principal «slogan» deste Governo de que era a única «alternativa democrática».

Depois referiu-se de forma implícita à sua ineficácia, à falta de rapidez, à falta de autoridade; alertou acerca da sua cada vez mais escassa base de apoio.

Afirmou-se suficientemente sustentado pelas FA e pelo «voto popular», de modo a poder pôr cobro a essa situação quando tal entender necessário.

Defendeu a existência de um Governo apoiado numa plataforma pluripartidária (onde, obviamente, só se encontrariam os «democratas» PS-PSD-CDS).



Primeiro-Ministro de um Governo cada vez mais identificado com os interesses do CDS.

A mudança que propõe vem no seguimento lógico da nomeação da actual equipa ministerial, em que o Governo PS, embora continuasse a sê-lo, deu um passo qualitativo importante ao englobar elementos que perfilham linhas programáticas mais à direita.

Logo nessa altura Eanes advertiu a nova equipa que esta só se manteria no poder enquanto se mostrasse «eficaz e «sêlable»; também logo nessa altura nós dissemos que a «ineficácia» continuar-se-ia a manifestar, porque é determinada por imperativos económicos que impedem a reconstrução capitalista nos moldes tecnocráticos propostos por estes senhores.

Agora trata-se não só de meter no Governo novos nomes ainda mais à direita, mas também de fazer deslocar o «fiel» da decisão política, que neste momento ainda coincide com Soares, para a direita, para a resultante das

componentes PS, PSD e CDS onde esses novos homens se filiam, independentemente do facto de Soares continuar como o Primeiro-Ministro.

O GOVERNO

Aquando do discurso de Eanes na AR os deputados do PS mostraram-se desorientados, perscutando o ânimo do seu secretário geral, para saberem qual a atitude a tomar perante as palavras que tão vivos aplausos arrancaram das bancadas do PSD e do CDS. Depois as atitudes foram de amúo (Raul Rego, «A Luta») e de tentativa de escamotear o significado do discurso, desmentindo que Eanes pretendesse destituir o Governo, quando não era propriamente disso que se tratava.

Posteriormente, Mário Soares considerou o discurso muito importante visto vir confirmar a hierarquização das FA, e consolidar a posição do seu chefe supremo, Eanes... Quanto às partes que lhe diziam directamente respeito, não fez nenhuma referência.

No que respeita à tal «plataforma», os dirigentes do PS declaram-se «dispostos ao diálogo», se bem que o considerem neste momento inoportuno; reafirmam a sua intenção de não se aliarem a nenhum partido, nem de ceder a pressões... Contudo, o acordo com o PSD sobre a delimitação dos sectores público e privado veio esfu-mar essas afirmações...

PSD E CDS

Estes dois partidos acolheram com natural agrado o discurso do Presidente.

O CDS propôs imediatamente ao Governo o começo das negociações para a construção da dita plataforma. Iniciou uma política de ataque ao Governo, abandonando a tese da «oposição civilizada» por considerar mais importante que o «País seja governado» do que «manter o Governo PS».

A «maioria presidencial», ou seja, a base programática formada pelos partidos que apoiaram a candidatura de Eanes, é agora declarada por Freitas do Amaral como o seu objectivo imediato. A coincidência de passagens do discurso de Eanes com intervenções do CDS feitas dias antes na Assembleia da República encoraja-o suficientemente.

Quanto ao PSD, está decidido a não deixar passar a oportunidade. Só que este partido já dita de facto leis, como o provam as referentes à já nomeada delimitação entre sectores público e privado, legislação que o PSD podia ter assinado sozinho. Mais sérios riscos correria neste momento o Governo de Soares se o PSD lhe declarasse guerra, como fez o CDS. Mas Sá Carneiro sabe isso; e prefere fazer-se pagar caro; preço que, aliás, Soares não tem de modo nenhum escrupulos em satisfazer.



Eanes — Uma quebra no apoio ao Governo PS e a adopção clara de teses mais à direita.

AS REACÇÕES DA IMPRENSA

É interessante notar como os discursos de Eanes vieram provocar em certos jornais tomadas de posição diferentes das até aí habituais.

O caso mais evidente deu-se em «O Jornal», semanário que tinha vindo progressivamente a identificar-se com as perspectivas do Poder, apostando cada vez mais no «democrata» Eanes, e que, no número imediato ao 25 de Abril, apresentou no seu Editorial críticas aos discursos, mostrando-se bastante alertado com os caminhos que o Presidente declarou pretender seguir.

Esta tomada de posição do «O Jornal» provocou o afastamento de dois «eanistas» que compunham a sua equipa.

Quanto aos órgãos afectos aos partidos, foi notório o entusiasmo de toda a imprensa reacção, enquanto a imprensa ligada ao Governo preferiu, de um modo geral, focar aspectos secundários do discurso e ignorar as críticas ao Executivo, exceptuando um ou outro articulista que não conseguiu esconder o seu agravo e descontentamento (além do já citado Raul Rego, também João Gomes director do «Diário de Notícias»).

A imprensa afecta ao PC ou silenciou o facto («O Diário») ou utilizou certas frases de Eanes para lhe procurar intenções progressistas que não tinham («D. Lisboa»).

O 25 DE NOVEMBRO NO PODER

No passado 25 de Abril, o desfile oficial, o aparato bélico, os uniformes, as reportagens, os discursos de Eanes, formaram um todo coerente com os planos da burguesia: Apagar o espaço de tempo entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975.

Para o Poder actual, os aconteci-

mentos desencadeados com o golpe militar de 25 de Abril deveriam ter parado no nível equivalente à situação imposta com o 25 de Novembro, ou seja, apenas efectuar as mudanças necessárias para que o sistema capitalista se mantivesse.

Contudo, o período 25 de Abril 74 - Novembro 75 está demasiadamente enraizado nos trabalhadores para que o Poder o possa recuperar, «e restituir o 25 de Abril à sua (da burguesia) pureza original». Como tal não é de admirar que Eanes nas comemorações de Abril falasse quase só em Novembro.

O seu discurso autoritário, de exaltação do Chefe Supremo, de lisonja à PSP e GNR, de loas ao «dinamismo do sector privado» e de ameaças de repressão sobre trabalhadores, chocou muita gente antifascista e ainda (incrivelmente...) iludida, inclusivamente participantes activos no golpe reacçãoário do 25 de Novembro. Será que Eanes não podia ter sido menos busco, tentar «endurecer» de forma mais gradual?

As condições económicas em que a situação portuguesa se encontra, obrigam-no a ter pressa. O tão falado e prometido «grande empréstimo» encontra-se reduzido a um terço, e lembremo-nos que ele era «imprescindível» à sobrevivência da situação democrática», como disse Soares. O deficit comercial aumenta; nova desvalorização está na forja. O descontentamento popular cresce; os trabalhadores demonstram no dia-a-dia que estão contra o capitalismo.

Faltando as «ajudas» financeiras que permitam confundir as massas populares com falsos «progresso» e «desenvolvimento» resta-lhe o endurecimento da fachada, a repressão.

Por isso Eanes garante que tomará as «medidas de excepção adequadas»...

e a actualidade nacional

DA TRAIÇÃO DE UM PROJECTO À MORTE DE UM MOVIMENTO

Em Novembro de 76 dias antes da realização do Congresso dos GDUP's e depois da saída da FSP, o PRP retira os seus delegados à Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular e das Comissões Distritais; quase simultaneamente o MSU, outra das organizações apoiadas dos GDUP's, anuncia a sua saída do movimento, posições estas fortemente criticadas pelas restantes organizações e personalidades que nele participavam.

No entanto, meses mais tarde, em Abril, seria a Base-Fut a sair do movimento, cuja desagregação viria a culminar no início deste mês com o abandono por parte dos chamados independentes, altamente colocados nas estruturas do MUP, e por fim com a resolução do Comité Central do MES que concluiu da «morte política do MUP».

Mas do que a constatação de um facto para o qual já há longos meses o PRP tinha alertado e cuja saída não poderia ser outra senão a desagregação total e extinção do movimento,

interessa-nos principalmente, por um lado, analisar o porquê da destruição de um projecto revolucionário que, desencadeado com a candidatura de Otelo à Presidência da República, movimentou centenas de milhares de trabalhadores e, por outro lado, compreender como é que certas organizações teimem em participar durante meses dos restos de um projecto cujo espírito inicial já estava largamente desvirtuado e traído e o modo e razões por que finalmente dele se desvinculam.

A TRAIÇÃO DE UM PROJECTO REVOLUCIONÁRIO

O abandono por parte do PRP das estruturas dirigentes a nível nacional e regional do MUP não representa de forma alguma o início da desagregação de um projecto revolucionário, mas sim, pelo contrário, é a consequência da sua sucessiva degeneração que atingia já nesse momento o nível de clara traição do seu espírito e objectivos iniciais.

Os motivos que levaram à nossa saída das estruturas do movimento fo-

ram suficientemente explicitadas na altura: era impossível ao PRP como organização revolucionária continuar a dar cobertura a um movimento que tinha abandonado os princípios e objectivos sem os quais o MUP seria unicamente «mais uma organização stalinista e reformista totalmente incapaz de fazer face à situação política concreta de Portugal hoje, e sujeita ao fracasso a muito curto prazo», princípios e objectivos esses dizendo fundamentalmente respeito:

- a) Ao papel das organizações populares de base;
- b) À ligação às lutas concretas dos trabalhadores;
- c) À democracia proletária no seio do movimento;
- d) A um projecto de socialismo de Base;
- e) À solidariedade internacionalista com todos os povos e suas vanguardas revolucionárias, principalmente com as ex-colónias portuguesas.

Foi o desvirtuar deste conjunto de pontos por algumas das organizações e personalidade apoiadas do MUP, posição que se cristalizou na tendência UDP/PCP(R), e que se traduziu numa prática sectária, golpista, manobrista e oportunista dos seus militantes que levou ao sucessivo abandono dos GDUP por parte de milhares de trabalhadores afectos ao PCP e PS e de milhares de activistas sem partido, encurralados por tentativas de controlo partidário; que levou a conflitos com as Organizações Populares de Base, a tentativas de substituição destes órgãos autónomos que muito pelo contrário deveriam ter sido reforçados; que levou a um cada vez maior afastamento das lutas que os trabalhadores travavam nas empresas, nos bairros e nos campos; a um estrangulamento, enfim, do MUP que se transformou numa estrutura desligada das massas, dos problemas concretos dos trabalhadores.

Todas as tentativas de discussão destas questões de fundo a nível das estruturas dirigentes foram sucessivamente adiadas e camufladas; a análises políticas divergentes, responderam com falsas conciliações; a propostas de definição de objectivos estratégicos e táticos, responderam com questões pontuais, nas quais devido às divergências de fundo era difícil chegar a acordo; propostas concretas de acção foram ignoradas.

E por fim, a um projecto de Congresso efectivamente representativo, preparado e discutido nas bases com a necessária antecedência, onde fossem democraticamente discutida a situação política e definidos princípios estratégicos e táticos — única alternativa para ainda salvar o movimento, ultrapassando a inoperância real da CNPUP —, responderam com um congresso-comício, controlado, manobrado, em que a verdadeira discussão foi substituída por acordos prévios entre o PCP(R), o MES e os «independentes». À saída do movimento do PRP e do MSU responderam com profissões de fé na continuação do movimento; à necessidade de uma alternativa revolucionária responderam com a criação de mais uma organização reformista, sem possibilidade de sobreviver, sequer enquanto tal, por falta

de coesão ideológica interna.

Resta-nos pois analisar as posições ultimamente assumidas pelos «independentes» ao abandonar o movimento e pelo MES, dado que em relação à UDP/PCP (R), única organização que neste momento integra o MUP(?), a falta de qualquer declaração pública da sua parte sobre os últimos acontecimentos é por si suficientemente ilucidativa.

A SAÍDA DOS INDEPENDENTES — A POSIÇÃO DO MES

Apesar das afirmações de confiança no futuro do MUP, por eles repetidamente considerado como a única alternativa revolucionária, quando do «congresso» dos GDUP's e mesmo posteriormente, e das severas críticas às organizações que com ele romperam, os «independentes» vêm agora desligar-se do movimento.

E apresentam as razões da sua saída num documento onde criticam genericamente todos os partidos por tentar transformar o MUP numa frente de partidos. Esquecem deliberadamente todas as tentativas de definição de um projecto diferente que foram apresentadas na CNPUP e as quais ajudaram a adiar, a boicotar e a derrotar; esquecem que deram cobertura a um pseudo-congresso de onde não podia sair mais nada senão uma plataforma negociada de aliança MES/UDP/Independentes; esquecem que durante meses e meses deram cobertura às manobras partidárias da UDP e do MES com os quais foram sempre pactuando e conciliando.

Ao sair não apresentam qualquer alternativa orgânica definida, mas antes apresentam-se como elemento catalizador de um debate político na esquerda revolucionária. Dadas as características de alguns dos elementos que constituem o grupo dos chamados independentes, dados a questões teóricas e desligados da luta de massas e da militância de base, não duvidamos que alguns debates teóricos venham a ser feitos, embora em relação às consequências político-organizativas de tais discussões não estamos tão seguros...

Mas, quanto a perseverância num projecto falhado, o MES consegue ainda bater aos pontos os «independentes». Mesmo depois de conhecida a decisão destes de abandonar o MUP, o MES apresenta ainda uma proposta para que estes permaneçam nas estruturas, criticando tomadas de posição unilaterais.

No entanto, depois de confirmada a saída destes elementos, resta ao MES concluir do «desaparecimento do MUP, não só como organização política unitária, popular e de massas, mas também como instrumento capaz de servir essa necessidade histórica do povo trabalhador», declarando-o «sem existência».

Mais importante do que criticar a insensatez política do MES, que parece só agora reconhecer aquilo que já há longos meses era claro — o desaparecimento do MUP como alternativa revolucionária —, é compreender que isso se deve fundamentalmente à sua incapacidade de apresentar uma alternativa política e orgânica a tal situação.

A ESTRATÉGIA REFORMISTA

Em conferência de imprensa, Alvaro Cunhal divulgou a análise que a direcção do PC faz do actual momento político.

Cunhal mostrou ter relegado para segundo plano a tese da «maioria de esquerda», para considerar prioritário «o diálogo com outras forças democráticas». Cunhal não especificou quais essas forças mas Carlos Brito, uma semana antes, já tinha dado a entender, que se tratava da «maioria constitucional», ou seja, PC-PS-PSD.

O PCP faz por ignorar os ataques que Eanes lhe dirigiu e tenta «puxar» um pouco para a esquerda a ideia de plataforma partidária que o PR deixou nitida nas suas intervenções e que englobaria o PS, o PSD e o CDS.

Por outro lado, Alvaro Cunhal fez críticas severas ao Governo, às alianças com o PSD e o CDS e à recuperação capitalista em curso. Contudo, é nitido que a crítica principal que faz ao PS é por este se aliar só com os partidos à sua direita, esquecendo pura e simplesmente o PCP, em vez de se aliar também a este.

Isto é, em certa medida, novo, mas não passa de um aspecto de uma conduta mais geral dos partidos reformistas que, essa não é nova: acompanhar o avanço da situação política para a direita com cada vez maiores cedências à direita.

O PCP desde o 25 de Abril que tem procurado «colar-se» ao Poder constituído, quer este tenha sido o já morto MFA ou o agora moribundo governo PS. Mas, se quando este iniciou o seu mandato sozinho Cunhal respondeu com a tese da maioria de esquerda, agora que Eanes toma cada vez maior vulto político, o PCP alarga à direita o seu leque preferencial de proposta de aliança e «cola-se», subrepticamente ao Presidente da República.

Ao mesmo tempo, o PCP apela para a «reconstrução económica», em vez da «reconstrução capitalista».

Os traços gerais da política económica, preconizada já o PCP os tinha

dado quando apresentou a sua «alternativa democrática». E foram de tal modo que o ministro do Plano veio a dizer que coincidiam com as teses do Ps. O PCP mostra que a condição primeira para que a «reconstrução capitalista» se transmite em «reconstrução económica» é o PCP fazer parte do Centro de decisão, ou seja, o PCP participar no Governo. Em troca disso, oferece o controle que tem sobre trabalhadores, a sua capacidade de os dividir, e, já neste momento, através das estruturas que controla, mostra que apresentará os trabalhadores ordeiros, bem comportados e respeitadores do Poder constituído se os seus pedidos forem considerados.

O PCP sabe que, neste momento, quaisquer situações de ruptura não lhe trarão vantagens, pois já não existem os meios financeiros que lhe permitiram noutros tempos a tentativa de montagem de um sistema capitalista de Estado. Isto porque uma vitória do proletariado neste momento assumiria formas que implicavam a exclusão de qualquer controle burocrático, por não se pôr, por necessidade de sobrevivência, a planificação desta economia como medida suficiente, mas sim o esboço desde logo de modelos alternativos à economia de mercado.

Assim, ao PCP resta-lhe o acompanhar o deslize da situação para a direita. Notemos a este propósito que o PC argentino, que era tão «duro» como o PCP, ainda hoje recusa o apelido de fascista para o Governo de Videla, caluniando as lutas contra este como «fazendo o jogo da reacção» e podendo abrir as portas ao fascismo.

Em Portugal, o PCP alerta constantemente contra o esquerdismo, contra as lutas que podem conduzir a rupturas. Só que hoje essas lutas muitas vezes contam com a adesão de muitos dos seus militantes.

CONTRA A POLÍTICA FASCIZANTE DO MEIC

No prosseguimento da luta que têm vindo a desencadear os estudantes das três Academias do País, Lisboa, Porto e Coimbra, efectuaram um dia de greve na passada 3.ª feira, 16.

Esta decisão, tomada num Encontro Nacional de Direcções Associativas do Ensino Superior que se reuniu em Coimbra, constituiu a resposta dos estudantes universitários às medidas reacçãoárias do MEIC que culminaram com o recente discurso de Sottomayor Cardia na Televisão.

Esta paralisação constituiu ainda uma prova de solidariedade para com os estudantes da Academia de Coimbra que, depois de cerca de duas semanas de paralisação de protesto contra o encerramento da Faculdade de Ciências pelo MEIC, devido ao não acatamento por parte dos estudantes desta Faculdade da decisão do Ministério de reintegrar três professores saídos após o 25 de Abril, viram a totalidade da Academia encerrada no passado dia 13.

Tal como no tempo de Caetano, o Governo fecha as escolas quando se vê impotente face à determinação dos estudantes. Tal como no tempo de Caetano, o Governo PS recorre à Polícia de Choque para procurar esmagar a luta dos estudantes quando lhe faltam outros argumentos. Tal como o fascista Hermano Saraiva, também o ministro Cardia utiliza a Televisão e a Rádio para, cobardemente, através de um «monólogo em família» tentar voltar a opinião pública em geral e os trabalhadores em particular contra os estudantes.

O PRP solidariza-se com a justa luta dos estudantes contra as arbitrariedades fascizantes do ministro Cardia, contra a recuperação capitalista nas escolas, contra o fascismo. O PRP denuncia a política fascizante do Governo, claramente manifesta na protecção às forças fascistas, na constante política de entrega do poder económico à burguesia, no recurso crescente à utilização repressiva das forças (de má memória) da GNR e da PSP.

O PRP denuncia toda a demagogia e cobardia do ministro Cardia quando este, ao falar de gastos e dinheiros públicos, se «esquece» de dizer quanto recebe por mês; quando, ao falar de assembleias «minoritárias», se «esquece» de dizer que o PS apenas recebeu o aval, nas últimas eleições, de 21 por cento do eleitorado; quando, ao referir-se a métodos fascistas, esconde que a luta da Academia de

Assim como para com os estudantes do Porto que foram reprimidos pela Polícia de Choque quando da realização duma manifestação de protesto pela prisão de um seu colega, prisão essa efectuada quando os estudantes do curso de psicologia se recusaram a realizar os testes de avaliação de conhecimentos decretados pelo MEIC e que visavam fazer repetir uma avaliação já efectuada o ano passado.

Estas medidas do MEIC e o discurso de Sottomayor Cardia pronunciado na noite do passado dia 13, estão pois na origem da movimentação de estudantes agora desencadeada e que representa uma importante tomada de consciência perante o rápido caminhar para o fascismo que na Universidade se tem mostrado nestes últimos tempos despedido de quaisquer subtilidades.

A propósito destes acontecimentos a CIID do PRP elaborou uma nota à imprensa que transcrevemos:



A polícia de choque carrega sobre os estudantes no Porto

Coimbra é contra a política de protecção descarada de Cardia aos professores comprometidos com o regime fascista.

Nas escolas, como nos campos e nas fábricas, a realidade é a mesma: o Governo fantoche do PS, sob pressões do imperialismo, faz a política do PSD e do CDS. É assim que reintegra quadros fascistas, trata de indemnizar capitalistas e agrários, entrega os campos e as fábricas à burguesia exploradora, ataca os direitos dos professores, manda a Polícia de Choque carregar brutalmente sobre trabalhadores e estudantes, provoca a especulação e a subida dos preços, tenta congelar os salários, permite despedimentos e que fábricas do imperialismo lancem no desemprego milhares de trabalhadores.

As lutas que os estudantes travam contra as medidas de Cardia são justas. Mas os estudantes só poderão sair verdadeiramente vitoriosos se a sua luta se enquadrar na luta geral das classes trabalhadoras pela Revolução socialista. Por isso o PRP realça a importância da aliança entre trabalhadores e estudantes conseguida no Porto como resposta adequada e necessária à recuperação capitalista e à ameaça de retorno ao fascismo. O prosseguimento das lutas antifascistas em todos os terrenos da luta de classes, o aprofundamento da unidade e da aliança entre classes vítimas da exploração e da opressão capitalistas, o estudo de novas formas de dar continuidade às lutas que hoje se travam, eis alguns aspectos que o PRP classifica de grande importância para se poder vir a atingir a sociedade socialista.

- Em frente com a justa luta dos estudantes!
- Contra a recuperação capitalista e a ameaça fascista!
- Pela Revolução socialista!

Lisboa, 16/5/77

A CIID do PRP

AÇORES—QUE INDEPENDÊNCIA?

Hoje, como no tempo do fascismo salazarista e marcelista, as forças reacçãoárias sempre procuraram servir-se de justos anseios dos trabalhadores e das crenças religiosas do povo para manipular, dividir, dominar, explorar. O recente caso de bombas, bandeiras da FLA e tiros ocorridos nos Açores, que gerou grandes parangons nos jornais e muita controvérsia nos meios político-militares, não é caso isolado: faz parte de um rol já bastante vasto de acções reacçãoárias levadas a cabo no arquipélago por aquelas forças que querem manter a todo o custo os seus privilégios.

Para quem conheceu de perto o trabalho duro, a vida difícil e a emigração em massa a que a grande maioria da população açoriana tem estado submetida, assim como os seus anseios e luta por uma vida melhor, ao mesmo tempo que a grande interpenetração verificada entre portugueses continentais e açorianos (veja-se por exemplo o papel desempenhado na sociedade portuguesa por

açorianos como Teófilo Braga, Manuel Arriaga ou Antero de Quental, ou ainda hoje, por conhecidas personalidades de origem açoriana), o que ressalta à vista não é a necessidade de uma «independência» para os Açores, mas sim a necessidade de acabar com o desprezo, a opressão e a exploração a que o povo trabalhador açoriano, como o de Trás-os-Montes ou do Alentejo, foram votados durante séculos pelas classes dominantes. Neste caso não se pode estabelecer qualquer paralelo das relações entre continentes e açorianos, com as relações de tipo colonial havidas entre continentais e os povos da Guiné, Angola ou Moçambique.

Nó pós 25 de Abril de 74, a abertura política verificada e a não resolução dos problemas concretos que afligiam os trabalhadores e os pequenos proprietários açorianos (à semelhança do que se verificou por quase todo o País, nomeadamente no Centro e Norte de Portugal), permitiu que muito do descontentamento popular fosse

utilizado e canalizado pelas forças mais reacçãoárias, comandadas pelos separatistas.

Mas largas camadas do povo trabalhador açoriano já se apercebeu (as lutas levadas a cabo pelos trabalhadores açorianos são significativas) de que a canalha oportunista, carreirista e vendida que propala o separatismo foi a mesma que colaborou com o fascismo e com a exploração de que foram vítimas os trabalhadores açorianos durante décadas.

Trata-se da mesma gente que é ou foi dona dos monopólios do açúcar, dos transportes, dos tabacos, dos bancos, e dos latifúndios, ou ainda de lacaio a soldo desses grandes capitalistas. Trata-se, também, de elementos parasitas e corruptos ligados a interesses americanos na Base das Lages. E muitos destes separatistas pertencem aos partidos de direita existentes no arquipélago, nomeadamente ao PSD e ao CDS. Não é, pois, gratuita a política ambígua em relação ao separatismo açoriano e madeirense se-

guida pelos dirigentes destes partidos.

Por outro lado, e para que o problema do separatismo não fique mistificado por trocas de comunicados e de declarações dos dirigentes do PS e do PSD, deve dizer-se que a política reacçãoária seguida pela canalha governante social-democrata de Sá Carneiro, nos Açores, está perfeitamente em paralelo com a política antitrahadores e antinacional levada a cabo em Portugal pela canalha governante do Governo social-democrata de Mário Soares. Os social-patrioteiros ou social-traidores são o mesmo em toda a parte.

É a partir desta situação, desta realidade, que os militantes revolucionários e os trabalhadores das Ilhas e do Continente têm que encontrar as formas de luta e de organização adequadas, que permitam unificar os esforços, criar a alternativa revolucionária à situação actual, bater as forças fascistas e reacçãoárias e construir em Portugal um verdadeiro Estado socialista e independente.

e a actualidade nacional

A RUPTURA DENTRO DO C

A divisão existente dentro do Conselho da Revolução passou a ser uma realidade imediatamente a seguir ao 25 de Novembro, mau grado a aparente unidade de objectivos dos seus componentes. Mas a evolução das circunstâncias tornou mais evidente a divisão entre direita e anti-fascistas. E hoje situam-se já em campos opostos aqueles que se opõem dentro do Conselho da Revolução. E a verdade é que o campo do anti-fascismo tem a maioria, razão pela qual as forças de direita bradam a inutilidade do CR e anunciam o seu fim. Num Poder ainda dividido como o que existe em Portugal, os trabalhadores têm que procurar aliados dentro desse mesmo CR.

DEPOIS DO 25 DE NOVEMBRO

Depois do 25 de Novembro a tendência representada pelos «nove» apercebeu-se rapidamente de que tinha servido de fachada política para um golpe de direita. A verdade é que ao conjunto de homens dessa tendência e que apareceram a público a combater a esquerda revolucionária e o PC, juntava-se desde início (Julho-Agosto 75) um grupo de coronéis que viria a dar que falar — Pires Velloso, Jaime Neves, Eanes, Loureiro dos Santos. Estes seriam os operacionais do golpe de 25 de Novembro e rapidamente se fizeram pagar, ganhando pouco a pouco o controle do comando



O crescimento da força antifascista nos quartéis constitui um problema para a direita e para os Estados-Maiores

operacional das Forças Armadas.

Ano e meio depois, os «nove», sob o ponto de vista de chefia de tropas, estão reduzidos ao Comando regateado duma região militar e são neste momento um dos objectivos de ataque mais cerrado da direita. Este é o saldo da aliança que fizeram com a direita e da qual de certo já se arrependem.

E também não é verdade que o saldo que o PC teve da sua negociada neutralidade durante o 25 de Novembro foi o ser varrido de todo o aparelho de Estado e hoje estar na posição de negociar de novo, mas desta vez a sua própria legalidade? Ou seja — as grandes manobras à direita não compensam.

A TENDÊNCIA ANTI-FASCISTA NOS QUARTÉIS

A verdade é que a diminuição dos «nove» ao nível de comando foi substituída pelo crescer de uma outra força ao nível dos quartéis.

Essa outra força foi o anti-fascismo que começou a aparecer por todo o lado onde havia oficiais que sentiam e não suportavam o regresso do fascismo. As medidas tomadas contra os oficiais de esquerda, os processos



Vasco Lourenço — um alvo «nestas carreiras de tiro por enquanto jornalísticas»

para Conselho Superior de Disciplina, o regresso de conhecidas figuras do passado fascista tornaram-se para muita gente o espelho duma situação

A LUTA P.C.-P.S.

O PS todas as semanas convida o PCP a ser eurocomunista. Os outros partidos mais à direita quase que impõem essa condição, para poderem tolerar aquele partido. Os jornais da social-democracia dizem-no em vários estilos. E comparam com os espanhóis e comparam com os italianos... Enfim, o PC português é demasiado à esquerda para o gosto deles e para o tolerarem num convívio democrático à europeia.

E no entanto, aíl... Aquilo que eles vêem nele de um puro radicalismo é apenas a sombra de um partido que foi revolucionário. E tudo aquilo que faz com que eles o vão aceitando é exactamente aquilo que nós não aceitamos. Ou seja, o PS rejeita o PC pelas razões contrárias às que nos fazem rejeitá-lo. O «bom comportamento» do PC em face à burguesia com quem quer «dialogar» revela-se todos os dias — dâcomo orientação na ARB (Barreiro) formas de resistência e protesto em relação à intervenção da polícia que são apenas simbólicas; a UEC não apoia a greve de Coimbra para não provocar o Cardia...; o secretário-geral fala contra as acções de violência esquerdistas, não se sabe a quem se dirigindo (pois há por aí alguma acção de violência esquerdista?); e tal como os pequenos bufos que a gente conheceu desde a instrução primária, há sempre um reformista que está disposto a dizer «oh senhora professora, aquele menino está a provocar», designando a vítima que lhe parecer mais a geito para a régua... E

isto sempre para se mostrar bem comportado!

Mas este bom comportamento não lhe valerá um prémio; a situação política é implacável. A não ser que esteja disposto a ir tão longe como o PC argentino que apoia o ditador Videla, denunciando Montoneros e ERP. Mas não é verdade que o «Diário» fez um artigo sobre estas duas organizações guerrilheiras argentinas, cujo teor se identifica com as piores calúnias da direita? Não é verdade que enquanto todos os dias morrem guerrilheiros na Argentina, o «Diário» diz que ele se anda a «bronzear nas praias do Sul de França?». Enfim, o reformismo tem a sua solidariedade internacional. E a calúnia não tem fronteiras.

Apesar de tudo, apesar da traição, apesar da denúncia, o PS ainda não gosta... A direcção do PS usa gravata e segue a moda americana. A direcção do PS é filha do imperialismo.

Por isso o PS percorre o país fazendo comícios, que muito mais o que sessões anti-PC são sessões furiosamente anti-comunistas.

Por isso, em Salvaterra, os militantes do PC saltaram-lhe em cima. A verdade é que eles também não têm o hábito de discutir e de argumentar, actuam sempre como se lhes faltasse a razão. E o PS fez disso cavalo de batalha para uma grande guerra. Arranjou ocasião para pôr na boca de António Reis grandes «revelações» sobre as tentativas de unidade do PC. E conseguiu



Perante a investida do PS, o PC dobrou a língua, arranjou maneiras, admoestou militantes, pediu desculpa...

que Jaime Gama fizesse Carlos Brito cair na esparrela de afirmar, em mesa-redonda no «Jornal», que garantia a entrada do PS em segurança nas UCP do Alentejo. Como se as UCP fossem de Carlos Brito!

Mas perante a investida do PS, o PC dobrou a língua; arranjou maneiras, admoestou os militantes, pediu desculpa... Sempre era o partido do Governo!

Se fosse a esquerda revolucionária o PC viria ao ataque, caluniará.

São inúmeros os comícios do PRP em que o PC apareceu a boicotar, a sabotar com as técnicas habituais. Chegaram a cortar a luz numa aldeia. Nutras disseram que éramos de direita porque no simbolo a mão que pega na arma é a mão direita...

Enfim, é um imenso rol. Mas connosco tiveram que ser vencidos doutra maneira. Não lhes conseguimos arrancar boas maneiras. O sectarismo connosco ofereceu outra face. Caramba, não somos o Poder (eles têm um respeito pelo poder, seja ele qual for), nós somos revolucionários.

E por isso o PS voltou à carga em Benavente. Ai, furiosos, contra o PC, contra o colectivismo, contra o comunismo. E os PC's de bico calado, a ouvirem. Pois não, quando é o Poder que fala (mesmo um Poder coxo e maneta como é o Governo PS, os aprendizinhos de poder baixam as orelhas...)

Fazem depois os seus protestos, muito civicamente.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

que infelizmente deveria ter sido prevista muito antes.

Mas as contradições existentes no seio daqueles que anteriormente rejeitaram o comunismo e tudo o que apareceu em seu nome, vieram revelar mais tarde que essa característica era a única que havia em comum entre grupos que defendiam uns a direita e outros uma posição anti-fascista. E é assim que aparecem por todo o lado oficiais que assumem essa posição. Na Região Militar do Norete, o império da direita é contestado e mesmo em redutos como o quartel da GNR aparecem panfletos progressistas. Na Escola Prática de Infantaria em Mafra, o clima entre os oficiais é, pode-se dizer, maioritariamente anti-fascista. Estes são exemplos daquilo que deve ser um problema para a direita e para os Estados Maiores, pois que, na situação actual, não podem repetir truques como da ida a Conselho Superior de Disciplina. Não pode haver segunda leva, dentro do actual quadro das instituições; se vier o Pinochet, então irão todos, mesmo sem Conselho Superior de Disciplina...

O que tem de haver é um golpe primeiro, porque o legalismo tem os seus limites.

Esta presença nos quartéis é sem dúvida um grande trunfo da corrente anti-fascista do CR, pois que para a varrerem têm que fazer um golpe fascista. E até lá... terão que passar pelo menos por cima deles.

OS DISCURSOS DE GUERRA

Há muito que tudo isto se vem a desenhar. Mas a verdade é que foi à volta do 25 de Abril que a guerra tomou expressão pública mais evidente. E essa guerra teve dois discursos — o de Melo Antunes na sua entrevista à MTI e o de Eanes no dia 25 de Abril na Assembleia da República.



«Eanes assumiu claramente posições coincidentes com o PPD e o CDS»

Cada um deles, ao enunciar os princípios que enunciou teve consciência que assumia o papel duma posição de guerra ao lado contrário. Melo Antunes cristalizou assim mais do que nunca na sua pessoa a liderança da corrente anti-fascista e Eanes assumiu claramente posições coincidentes com o PPD e o CDS. Desvaneceu-se completamente a unidade que ainda em Junho de 76 existia a propósito da Campanha para as Eleições Presidenciais. O CR mostra ao público sem ambiguidades aquilo que já era a sua história de alguns meses. E os resultados da votação trazidos a público pelo «Jornal de Notícias» onde, ainda a propósito da entrevista de Melo Antunes, se mostrou a vitória deste e a derrota de Eanes, são apenas a expressão numérica duma realidade bem anterior a essa votação. De qualquer modo não é indiferente que ela apareça publica-

mente — é a expressão de uma ruptura irreversível.

UM OBJECTIVO DA DIREITA ATACAR MELO ANTUNES E O CR

Perante esta realidade a direita pôs entre as cabeças a abater a de Melo Antunes. Não só a dele entre os homens do CR. Percorrendo a Imprensa que perdeu a vergonha, ou seja, do «Expresso» para a direita (não esquecendo os reparos que o «Jornal» não se esqueceu de fazer a Melo Antunes), encontramos outras cabeças a servir de alvos nestas carreiras de tiro por enquanto jornalísticas. Charais, Vasco Lourenço, Marques Júnior... são maltratados, insultados, por essa direita que por enquanto afia a língua.

E interrogam-se sobre a utilidade do CR, agora que existem instituições eleitas, que estamos em democracia, que começou o reinado civil e que devia acabar o reinado militar...

Esta força contestadora do CR vem até ao PS, cujo Governo se sente duplicado. Governo em S. Bento, governo em Belém, governo no Restelo, já é Governo a mais!



No CR, «Melo Antunes cristalizou mais do que nunca a liderança da corrente antifascista»

E quando Canto e Castro se encontrou com Holden Roberto em Bruxelas, Medeiros Ferreira, como Ministro dos Estrangeiros, não deixou de comentar que cá estava uma consequência da duplicação de poderes... Como pretexto para contestar o CR, o sofisma não está mau, mas o que doi ao Governo PS não são as posições de direita do CR, mas a sua maioria de esquerda, a qual se situa bem à esquerda dum PS cuja divisão é também irreversível.

ANTI-FASCISTAS NO PODER-ALIADOS DOS TRABALHADORES

Poder-se-á dizer que o Poder não pediu licença aos Conselheiros anti-fascistas para mandar a polícia de Intervenção actuar na ARB (Barreiro) ou contra os estudantes do Porto. Também não lhes pede licença para reintegrar os patrões nas empresas intervencionadas, por via da chantagem do critério.

Mas terá que bulir com eles para acabar com os sindicatos, com as Comissões de Trabalhadores e Moradores, com os partidos de esquerda. Terá que bulir com eles para limpar totalmente as Forças Armadas.

O CR tal como existe é pois um obstáculo à corrida acelerada para a direita. A existência desse órgão, com a composição actual, impede a instituição imediata do fascismo; terão que acabar com ele para o instituir. Esta circunstância por si só torna-se um factor importante a ter em consideração na tática dos trabalhadores.

Mas mais do que isso, as posições assumidas, obriga os trabalhadores a não tomarem esse órgão como um todo e a escolher dentro dele aqueles que neste momento estão do seu lado, aqueles que neste momento são aliados obrigatórios.

Notas sobre o Empréstimo e o Plano

O tão falado «grande empréstimo» de 1,5 biliões de dólares, resultante de um consórcio internacional liderado pelos EUA e que iria «salvar» a economia portuguesa, encontra-se neste momento reduzido a um terço, apoiado apenas pelos EUA e pela RFA.

Eanes, ao referir-se ao novo montante do empréstimo, disse que ele permitiria equilibrar a balança de pagamentos portuguesa nos próximos quinze meses. Ora verifica-se que foi esquecida a questão principal a que ele se destinava: não apenas a subsidiar consumos, ou seja, a manter a situação adiando o colapso, mas principalmente a permitir o desenvolvimento produtivo da economia portuguesa.

Ora afinal, «o grande empréstimo» encontra-se reduzido a mais um balão de oxigénio.

A par destes acontecimentos, o Pla-

no a médio prazo 77/80 que deveria ter sido apresentado à AR até 15 de Maio não o foi, sendo o prazo prorrogado por mais um mês; mercê deste e de outros atrasos, e para permitir a discussão desta questão, a AR já não encerra para férias a 15 de Junho como estava programado, mas sim a 23.

O atraso na apresentação do Plano deve-se em grande parte a divergências internas do próprio Governo quanto às grandes «opções» do Plano e vacilações a que não são estranhas as incertezas das «ajudas» externas.

O Plano, tal como está neste momento, prevê, entre outras coisas, até 1980 um crescimento de consumo privado na ordem dos 3,7 por cento ao ano e um crescimento dos salários reais também na ordem de 3,7 por cento ao ano. Estes números contradizem totalmente as ridículas afirmações de Mário Soares de que den-

tro de 3 ou 4 anos «atingimos o nível de vida europeu», meta por ele proposta.

O pequeno aumento dos salários reais previsto neste Plano, que, como todos os deste Governo é delineado de uma forma optimista, deixa prever que na realidade os salários reais não só não subirão, como descerão bastante...

Mais importante do que mais uma confirmação da política e demagogia governamentais são as divergências entre os departamentos governamentais quanto à sua elaboração. Aqui é de destacar a posição de António Barreto que, no que respeita à questão do desemprego, se recusou a comprometer-se na criação de postos de trabalho na Agricultura.

Um outro ponto de discórdia verifica-se quanto ao «tom» imperativo de alguns aspectos do Plano, o que, segundo certas ópticas, poderá «assustar» os investigadores privados.



António Barreto — A recusa em criar novos postos de trabalho

dos trabalhadores

A LUTA DOS PESCADORES DO ALTO

O actual processo de luta dos trabalhadores que levou à paralização de toda a frota de pesca do alto, iniciou-se quando a Secretaria de Estado das Pescas atrasa a renovação do acordo de pescas com a Mauritânia.

Perante este atraso, a Comissão Administrativa da Companhia Portuguesa de Pescas convocou a Comissão Unitária de Trabalhadores da empresa, decidida a apresentar a sua demissão caso o tal acordo não se efectivasse. Os trabalhadores decidem, então, não aceitar a demissão da C.A. Administrativa e entendem que a forma de luta a adoptar seria nesse momento a da convocação de todos os sindicatos do sector e comissões de trabalhadores das empresas, de maneira a criar formas de pressionar o Governo a firmar o referido acordo.

Foi então constituído em plenário um grupo constituído por 11 sindicatos e 7 comissões de trabalhadores.

A Secretaria de Estado apresenta seguidamente às administrações das empresas a sua decisão de deixar ao critério destas a continuação ou não dos navios no mar. Como resposta a esta posição, e devido à inexistência de condições de pesca rentáveis fora das trinta milhas-terra que delimitam as águas da Mauritânia, as administrações decidem manter em Lisboa os barcos que cá se encontravam e reter os que iam chegando. Quando todos os navios que se encontravam no mar voltaram a Lisboa, ficou, portanto, em terra a totalidade dos barcos de pesca do alto.

Foi, então, nomeada pela Secretaria de Estado das Pescas uma comissão encarregada de se deslocar à Mauritânia para aí firmar o acordo. Comissão esta que, no entanto, não

incluía nenhum representante das empresas. Mas perante a pressão dos trabalhadores o Governo é obrigado a alargar a comissão e dois representantes das empresas são nomeados como observadores.

Posteriormente os trabalhadores são convocados pela Secretaria de Estado que, baseando-se na má situação financeira do sector, lhes diz para apresentarem propostas de viabilização das empresas. Os trabalhadores como resposta fazem depender a apresentação dessas propostas da firmação do acordo com a Mauritânia.

O acordo é assinado mas os barcos continuam em terra porque o Governo se recusa a pagar as licenças de pesca.

Durante todo este processo de luta dos pescadores, e para esclarecer as meias verdades postas a circular pela imprensa, os trabalhadores viram-se obrigados a realizar uma conferência de imprensa e a elaborar vários comunicados.

Essas meias verdades postas a circular constituíam, no fundo, violentos ataques às empresas nacionalizadas. Nessas notícias dizia-se que as empresas não são rentáveis, que têm um défice superior a 500 mil contos, que o quantitativo exigido pela Mauritânia era superior a 100 mil contos, que os salários dos pescadores eram elevadíssimos, etc.

O que nunca foi dito foi que o passivo das empresas vinha de antes do 25 de Abril, que as empresas depois de nacionalizadas nunca dispuseram de fundo de maneo para fazer a gestão, que para sobreviver tinham de contrair empréstimos à Banca nacionalizada sobre os carregamentos que os navios iriam fazer e pagar juros



sobre esses empréstimos.

Não se pode, no entanto, passar por cima daquilo que não foi feito durante a nacionalização. Nunca houve um saneamento económico das empresas que se viram obrigadas a arcar ainda com os encargos financeiros que lhes advêm dos tempos do fascismo.

Os sucessivos Governos Provisórios e o Governo Constitucional nunca foram capazes de estudar um plano dinâmico e objectivo para o sector, pois se tal tivesse acontecido não teria sido difícil criar uma situação viável nas empresas. O sector nacionalizado das pescas herdou, com efeito, no 25 de Abril, três grandes empresas de pesca, a SNAPA a CCP, e a SNAB, uma empresa de serviços de descargas e vendagem, a Docapesca e duas empresas de distribuição, a Gelmar e a SAPP. O Estado controlava, portanto, todo o circuito de comercialização do peixe.

Há que salientar que a pesca na Mauritânia custa às empresas cerca de 4500 por quilo produzindo a CPP, por exemplo, o peixe congelado a 3450 o quilo e o peixe refrigerado a 4850 e vendendo-o à CRCB (organismo estatal) a 2550 e 4050, respectivamente. O problema não está no preço do pescado que não é caro, mas no facto de não ser pago à produção um preço justo e de ser impossível a qualquer empresa sobreviver sendo pago à produção um preço inferior ao custo.

Quanto ao apreço do abaixamento da produção verificado este ano, foi consequência do facto de a área para pescas respeitante às águas da Mauritânia e do Sara Espanhol ter diminuído consideravelmente, pois, este último território, foi repartido, posteriormente por Marrocos e pela Mauritânia e os pescadores portugueses recusam-se a negociar com esta as águas correspondentes ao Sara, pois isso seria reconhecer o domínio dessa área pela Mauritânia, recusando-se assim a tomar partido contra a Frente Polisário. Consequentemente, o comprimento da zona onde os pescadores portugueses actuam baixou de 720 para 300 km, o que se ressentiu bastante no volume de pescado conseguido.

Além disso, há falta de estaleiros, a Docapesca está sub-equipada em meios técnicos e humanos, ao ponto de o ano passado terem ficado parados 6 navios durante 133 dias a espera de espaço para descarregar o peixe congelado. Tudo isto se reflecte inevitavelmente na produção das empre-

sas.

Depois do acordo ter sido assinado o secretário de Estado apresentou um despacho orientador onde eram estabelecidas as quantidades anuais que os navios deviam pescar, onde se atacava a contratação colectiva baixando os salários dos pescadores em 12 por cento sobre a tabela do pescado, que modificava o sistema de descarga e onde se criavam penalizações caso os pescadores não atingissem as metas.

Este documento depois de discutido pela Secretaria de Estado com o grupo de trabalho foi completamente destruído tecnicamente.

Os trabalhadores não aceitaram, visto que o preço de produção é baixo e que o consumidor continua a pagar o peixe a preços elevadíssimos, fazer sacrifícios sem que tal implicasse um ataque cerrado aos intermediários.

Cerca de uma semana depois aparece outro documento da secretaria de Estado em que desaparecem os 12 por cento de abaixamento nos salários, as metas são baixas a números mais consentâneos com a realidade e os trabalhadores bonificados se as atingirem. No entanto, continua a não aparecer qualquer ataque ao sector intermediário e continua a aparecer ao nível de contratação ataques às conquistas dos trabalhadores.

O Governo continua com as empresas encerradas, fazendo «lock-out», fazendo chantagem e desmobilizando os trabalhadores pela força, pois há dois meses e meio que os pescadores apenas recebem 3000\$00 mensais.

Os trabalhadores vão, portanto, ser obrigados a ceder à chantagem e às condições impostas pela força, mas contudo não deixam de marcar a sua posição.

Os trabalhadores nestas circunstâncias e para não pôr em risco as empresas nacionalizadas aceitam voltar ao mar, remetendo, no entanto, a responsabilidade do que possa vir a acontecer nas pescas ao MAP, e invocando o direito de em futuras negociações e ao nível de contratação colectiva revogar todas as medidas contra os contratos de trabalho que agora lhes são impostos.

Isto, claro, se até lá o Governo não tomar medidas concretas de socialização do sector e ataque aos intermediários.

Para terminar há que salientar que devido a este atraso no firmar do acordo com a Mauritânia o Governo prejudicou o País em cerca de 150 000 contos e em 4000 toneladas de peixe.

“LUSALITE”

Em vias de desintervenção

Encontrando-se sob intervenção estatal desde Agosto de 1975 (sem contudo ter tido aval do estado durante todo o período de intervenção), a «Lusalite» é, como tantas outras empresas intervencionadas, abrangida pelo vasto plano de recuperação capitalista do actual governo «socialista». Apontava-se para o dia 14 deste mês a sua desintervenção, embora até ao momento esta ainda não se tenha verificado.

Contudo, os trabalhadores tomam posição.

Os trabalhadores (cerca de 700) pronunciaram-se contra o regresso dos antigos patrões através de um abaixo assinado, recolhendo assinaturas de 84 por cento do pessoal que trabalha na empresa. Para além disto, os trabalhadores apresentaram e fundamentaram, já em 1976, uma proposta ao Governo (Ministério da Indústria). Propuseram a transformação da «Lusalite» numa empresa de economia mista, com base em que cerca de 45 por cento do capital privado se encontra neste momento realizado. Com a venda das restantes acções a uma empresa pública, seria possível pôr em prática um plano de expansão para a empresa.

Caso regressem os patrões, os trabalhadores passarão a vender directamente ao público e a dinheiro (garantindo assim os vencimentos e a com-

pra de cimento), com prejuízo das actuais encomendas. As consequências desta atitude obviamente imputadas ao governo.

A política actual governo dito socialista em relação à «Lusalite» enquadra-se, como dissemos, numa política muito mais vasta que abrange outras empresas intervencionadas: caracteriza-se cada vez mais pelos serviços prestados ao patronato e ao imperialismo, pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e pelas ameaças às suas organizações.

Face a esta política, a luta dos trabalhadores da «Lusalite» não deverá ser, também, uma luta isolada. Urge que os trabalhadores encontrem formas de unidade e organização, para que o avanço da recuperação capitalista e do fascismo não seja uma realidade neste país.

ALENTEJO

Das ocupações às desocupações

A LUTA PELA TERRA

O processo revolucionário que as classes trabalhadoras desenvolveram em Portugal no pós 25 de Abril de 74 atingiu no Alentejo formas particularmente importantes com as ocupações de terras. Estas generalizaram-se por todo o Alentejo e mobilizaram milhares e milhares de trabalhadores.

O processo crescente que atingiu a ocupação de muitos milhares de hectares de terras e lançou as bases de cooperativas e U.C.P. conseguiu saldarse vitoriosamente porque assentou na energia combativa e criadora das massas trabalhadoras, não sendo comandado nem submetido pelo reformismo que tudo procurou e procura fazer para limitar as lutas ao quadro da igualdade burguesa. E nestas ocupações registou-se a participação e apoio de muitos militantes do PC, dos Centros de Reforma Agrária e de militares.

A NECESSÁRIA ORGANIZAÇÃO

Mas as grandes dificuldades para os trabalhadores, as derrotas, surgiram no processo em que se tentava consolidar as conquistas então já alcançadas no domínio da Reforma Agrária. E isto acontece em grande parte porque os trabalhadores se viram fundamentalmente para a produção e esqueceram as necessárias formas organizativas que lhes permitiam a defesa das suas conquistas. Assim, não se conseguiu uma organização que englobasse todas as Cooperativas. Assim, mesmo dentro de algumas Cooperativas, a ligação entre os trabalhadores e a Comissão de Trabalhadores nem sempre assenta em bases democráticas, nem sempre as decisões tomam um aspecto colectivo (e isto não é apenas culpa das CT mas é também, em parte, responsabilidade de muitos trabalhadores que não se assumem revolucionariamente como deveriam).

O facto de os trabalhadores não terem conseguido criar a necessária organização autónoma da classe, para defesa e consolidação das suas conquistas, permitiu que o PCP, sobretudo em Évora e Beja, se apropriasse dos Sindicatos Agrícolas e os transformasse muitas vezes em meros instrumentos partidários, utilizando-os para pressão e negociação partidária com o Poder e não na defesa firme e intransigente dos interesses dos trabalhadores. E assim os Sindicatos Agrícolas têm servido mal os trabalhadores, porque, em geral, têm sido incapazes de assumir as suas responsabilidades e têm-se comprometido com determinadas formas de luta para logo a seguir as trair e passarem a posições de recuo. A título de exemplo, citemos o caso do Sindicato de Évora que assumiu perante os trabalhadores o compromisso de lutar para que não houvesse desocupações sem haver expropriações e depois não encontrou formas de luta adequadas para cumprir os seus compromissos, o que manifestamente desacredita o Sindicato perante os trabalhadores e perante o

próprio poder burguês. E igualmente grave, quando responsáveis sindicais afirmam perante os trabalhadores que a Reforma Agrária é um processo irreversível, mesmo que tenha de correr sangue no Alentejo, e se verifica posteriormente a incapacidade do Sindicato para pôr em prática aquilo que dirigentes seus prometem demagogicamente.

A REPRESSÃO QUE AVANÇA

Ora acontece que a repressão governamental se está a fazer no Alentejo, aproveitando os reacçãoários da CAP e do governo as brechas abertas pela falta de uma organização autónoma e eficaz dos trabalhadores agrícolas. Por não haver uma União que reúna todas as Cooperativas, quando a canalha governamental corta o crédito agrícola a algumas cooperativas (que estão em piores condições económicas) os trabalhadores não têm tido a necessária capacidade de resposta a essa forma de repressão. Por não haver a União de Cooperativas, quando em algumas U.C.P. se têm feito desanexações e desocupações para marcação de reservas, não tem havido resposta activa e eficaz dos trabalhadores, enquanto noutras cooperativas os trabalhadores oferecem resistência mas são derrotados, por aparecerem como minoria. Assim, por exemplo, quando cerca de 1000 trabalhadores tomaram a iniciativa de cercar o C.R.R.A. de Beja, a sua luta não atingiu os objectivos previstos, porque não houve apoio dos restantes trabalhadores. Têm-se verificado lutas parciais, que pelo facto de serem parciais, facilitam a tarefa de recuperação das forças reacçãoárias e não permitem a vitória dos trabalhadores.

TIRAR AS LIÇÕES

Parece importante, para daí se tirarem algumas lições, comparar as recentes lutas no Alentejo com as lutas levadas a cabo pelos pescadores, até porque se trata de trabalhadores que estão em luta contra o mesmo Ministério — o do ministro Barreto. E, assim, verificamos que os pescadores foram capazes de se unir e que o seu Sindicato soube estar na vanguarda da luta como expressão da vontade dos trabalhadores e não ao serviço de interesses partidários. Isto foi decisivo para a vitória que os pescadores obtiveram, obrigando o Ministério a recuar nos seus intentos.

Por outro lado, e para uma região como o Alentejo que sempre esteve na vanguarda das lutas, é desoladoramente significativo que o ministro da CAP continue a aplicar as suas medidas repressivas e de recuperação capitalista, preparando nova legislação com o objectivo de destruir as conquistas dos trabalhadores, sem encontrar pela frente a necessária e firme resposta que o faça parar. E isto quando dezenas de milhares de trabalhadores se manifestam por todo o País, particularmente no Norte, mostrando disposição de se oporem à política anti-trabalhadores e pró-imperialista seguida pelo actual Poder. Os traba-



lhadores do Alentejo têm que retirar da constatação do seu relativo recuo e desorganização as necessárias lições.

QUE ALTERNATIVAS?

No Alentejo é preciso encontrar rapidamente as formas orgânicas e de luta que permitam unir os trabalhadores para uma acção decidida de barragem à política de recuperação capitalista e imperialista do governo falso-socialista de Mário Soares.

É preciso que os Sindicatos se transformem em órgãos não partidários, que defendam efectivamente os interesses dos trabalhadores e não os deste ou daquele partido. É preciso avançar com a União de Cooperativas, que virá permitir uma forma de organização económica e política para coordenar a resistência ao avanço das forças burguesas e reacçãoárias nos campos.

Se não formos capazes de pôr isto rapidamente em prática, poderemos assistir ao desenvolvimento de lutas violentas e parciais, em que os trabalhadores do campo estarão sujeitos a serem esmagados, com eles sofrendo a causa de todos os trabalhadores da cidade e dos campos.

Lutar hoje por uma sólida unidade e organização autónoma dos trabalhadores do Alentejo, assim como das outras regiões em luta, é lutar não apenas contra a fome, a miséria e o fascismo, é lutar também pela vitória da Revolução Socialista e pela autêntica emancipação do proletariado em Portugal e à escala mundial.

“Algarve Sol”

Luta contra a fome

Assinado pelas Comissões de Trabalhadores do Algarve Sol e do Quarteira Sol recebemos um documento, dirigido ao Presidente da República, 1º Ministro, Presidente da Assembleia da República, Secretário de Estado do Turismo e Inatur, no qual os trabalhadores relatam a situação actual na empresa e do qual publicaremos os excertos mais significativos:

«Os trabalhadores do Algarve Sol Empreendimentos Turísticos SARL, com sede em Portimão, estão paralizados por falta de matérias primas e sem ordenados desde Fevereiro até esta data. A miséria e a fome estão a entrar em nossas casas. Não temos dinheiro para comprar géneros alimentícios para os nossos filhos.

Nós, os trabalhadores, sabemos que o sr. Primeiro Ministro foi galardoado com o prémio dos Direitos do Homem. Nós trabalhadores perguntamos: será com a fome e não com o direito ao trabalho que se defendem os Direitos do Homem? Os trabalhadores dizem que não.

E depois de exigir ao governo que tome as medidas necessárias para resolver o problema que os afecta os trabalhadores prosseguem:

«Queremos trabalhar, queremos erguer este país. Todavia não é de braços caídos que se consegue resolver o problema. A precária situação

da empresa generalizada poderá ir contribuir para o estrangulamento do Turismo no Algarve.

Os trabalhadores ainda perguntam: este país não terá falta de habitações? Os trabalhadores dizem que há milhares de famílias sem lares próprios.

Os trabalhadores do Algarve Sol ainda acrescentam: temos demonstrado a nossa boa vontade de construir, porque se trabalhou com salários em atraso até se esgotar por completo as matérias primas.

Queremos saber quem é o único culpado da situação. Os trabalhadores não são culpados e não se responsabilizam por graves problemas que poderão surgir».

E o comunicado termina com as palavras de ordem: **Temos Fome; Queremos Trabalhar; Queremos os Nossos Salários; Queremos uma solução honesta para a empresa.**

dos trabalhadores

POLÍCIA DE CHOQUE OCUPA AUTO-RECONSTRUTORA DO BARREIRO



A ocupação da Auto-Reconstrutora do Barreiro, no passado dia 9, pelas forças da polícia de choque é o culminar de um processo que se vinha arrastando desde o dia 23 de Março, data em que foi publicado o decreto-lei de desintervenção da empresa.

A ARB encontrava-se intervencionada devido às conclusões de um inquérito então mandado instaurar pelo Governo e que considerava ruínosa e fraudolenta a gestão do ex-patrão. Agora em Março de 1977 e devido, como afirmaram aos trabalhadores da empresa elementos de grupo parlamentar do PS, «a acordos internacionais» do Governo, ao abrigo do Decreto-Lei 422/76, determina a desintervenção.

Desintervenção essa que é consumada no dia 1 de Abril com a entrada na empresa do ex-patrão acompanhada por um forte aparato policial.

Nesse mesmo dia, e como consequência de decisão tomada em plenário no dia em que foi conhecido o despacho de desintervenção, os trabalhadores iniciaram uma paralização que se viria a prolongar até ao dia 9, aquando da intervenção policial. Depois da reentrada do ex-patrão na empresa foram suspensos por sua ordem 17 elementos, entre os quais se contavam os membros da Comissão de Trabalhadores e alguns delegados sindicais.

Mesmo com estas manobras o patrão não consegue fazer reuçar os trabalhadores que mantêm a sua decisão de não o aceitarem na empresa. Assim o patrão decide encerrar a empresa para férias sem antes ter pago aos trabalhadores os respectivos salários e sem ter comunicado esta decisão ao Ministério do Trabalho. Este considera ilegal a decisão do ex-patrão e afirma a sua determinação em lhe mover uma acção judicial.

Depois acontece o inesperado. Desconhecendo (ou talvez não) a decisão do M. do Trabalho, o Ministério da Administração Interna manda ocupar as instalações da empresa por um

contingente da polícia de choque. A intervenção policial dá-se às 3,30 da madrugada quando na empresa apenas se encontravam 12 trabalhadores de piquete. Os trabalhadores tentando evitar reencontros com a polícia abandonaram então as instalações e a polícia permaneceu na ARB até às seis horas da madrugada do dia 10.

Entretanto no dia 9 a polícia carregou por várias vezes sobre pessoas que se encontravam junto à empresa para demonstrar o seu apoio à luta dos trabalhadores da ARB, tendo ficado feridas 15 pessoas.

O APOIO À LUTA DA ARB

Durante o dia 9 estiveram reunidas Comissões de Trabalhadores de todo o Distrito de Setúbal e os Sindicatos para encontrarem formas de apoio à luta dos trabalhadores da Auto-Reconstrutora.

Nessa reunião, que contou com a participação de milhares de trabalhadores, foi aprovada uma moção que propunha uma paralização simbólica de 15 minutos no dia seguinte, a ser levada a cabo pelas empresas da Cintura Industrial e que contou com a adesão de cerca de 95 por cento dos trabalhadores.

Ainda durante o plenário foi apresentada uma proposta de manifestação para o passado dia 11, manifestação essa que partiu do Parque Catarina Eufémia e que contou com a participação de milhares de trabalhadores.

Outro aspecto que mostra a solidariedade com que têm contado os trabalhadores desta empresa é o apoio financeiro que têm recebido e que lhes tem possibilitado sobreviver economicamente.

PSP CONVOCA COMISSÃO DE TRABALHADORES

A PSP do Barreiro convocou, no dia a seguir à intervenção policial, a

CT da empresa para que esta assinasse um documento em que responsabilizava pela não entrada na empresa de qualquer pessoa, trabalhadores ou não.

Os trabalhadores recusaram-se a assinar tal documento, pois, segundo eles, além de não terem nada que defender o que já foi entregue ao patrão, souberam que as chaves da empresa já lhe haviam sido entregues.

Para terminar há que salientar que

a PSP afirmou à CT que quer esta a assinasse ou não o tal documento ficaria responsabilizada pela reocupação das instalações.

Entretanto desde a data da intervenção policial os trabalhadores permanecem dia e noite habitando em tendas improvisadas nos acessos da empresa.

“Melka” — Évora A luta continua

Há longos meses que se vem desenrolando a luta dos trabalhadores da Melka (Évora), integrada na luta do sector dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul pela negociação do seu Contrato Colectivo de Trabalho.

Os patrões da Melka, empresa que tem várias fábricas dispersas por diversos pontos do País, convocaram há tempos uma reunião com os delegados sindicais nas instalações da empresa no Cacém, no sentido de chegar a um acordo interno, segundo o qual, «ofereciam» aos trabalhadores um aumento de salários de 690\$00 por mês, desde que estes se comprometessem a não fazer quaisquer reivindicações e não enoçar formas de luta na empresa.

Os delegados sindicais da fábrica de Évora, compreendendo que esta manobra mais não visava do que retirar-lhes força na luta pela negociação do CCT e dividir-lhes os trabalhadores das centenas de outras empresas do sector envolvidas na luta, e dado que não tinham discutido a questão com os trabalhadores que representavam, não a aceitaram a proposta.

Entretanto, e a partir desse momento, os patrões, auxiliados por um grupo de trabalhadores laicos seus, têm desenvolvido todo um conjunto de manobras e provocações no sentido de manietar e dividir os trabalhadores e de os levar a aceitar a sua proposta.

Para divulgação e esclarecimento do sentido da sua luta os delegados sindicais da Melka, elaboraram um comunicado largamente distribuído à população de Évora e que nos enviaram com pedido de publicação.

Nós, os delegados sindicais da Melka — Évora, na representação da maioria dos trabalhadores desta fábrica, vimos dar conhecimento à população da luta travada na Melka — Évora, para que esta não caia em erros nas suas análises.

1 — A luta que se tem desenvolvido nesta fábrica de patrões suecos, é para a garantia dos postos de trabalho, digna e honestamente e contra as manobras reacçãoárias

dos patrões que se servem de uma minoria laica tais como: Cassilda e Felizarda — escritório, Cecílio e Helder — cortadores, Amável — fiel de armazém, Generosa — operária e Godinho — chefe; estes os mais activos na divisão dos trabalhadores. Para o que arrastam atrás de si uma minoria que de trabalhadores só têm as mãos; fazendo por isso a vida negra à maioria dos trabalhadores conscientes, que sabem o que querem e para onde vão.

2 — Há meses atrás, quando do começo da negociação do contrato colectivo de trabalho foram deliberadas pelo sindicato travar várias formas de luta, a que a maioria dos trabalhadores aderiu; a partir daqui a entidade patronal em colaboração com os laicos começaram por tentar dividir os trabalhadores, por intermédio do lançamento de um acordo interno, que proibia todas as formas de luta até à saída do contrato em negociação pelo sindicato; isto a troco de uns míseros tostões (690\$00/mês) de aumento no vencimento. No entanto, não conseguimos os seus intentos, pois assinaram um acordo interno apenas 63 trabalhadores e entre estes pessoas que se encontravam com baixa e para tal foram chamadas ao escritório da fábrica; os restantes 161 trabalhadores, os conscientes, a esmagadora maioria, repudiou este mesmo acordo.

3 — Durante este período das negociações do contrato, surgiram provocações constantes destes laicos e companhia; ontem quando a fábrica laborava normalmente surgiram mais uma vez provocações na base de ser assinado novamente este acordo, para isso tentaram recolher o máximo de assinaturas. A reacção novamente foi batida pela maioria que continua a repudiar e agora com mais força este acordo.

Em face disto somos obrigados a tornar pública o nossa luta, para que se acabe de uma vez com os reacçãoários.

OS DELEGADOS SINDICAIS
DA MELKA — ÉVORA

PORTUGAL E ZAIRE NA CADEIA IMPERIALISTA

Muitos dos revolucionários de cultura livreca, incapazes de interpretar o curso dos acontecimentos, ficaram então boquiabertos quando a derrocada do capitalismo começou por um país não industrializado — a Rússia — em lugar de tal acontecer na Alemanha ou na Inglaterra.

Ao longo dos anos que nos separam de 1917 o fenómeno tem-se vindo a repetir: as rupturas ou revoluções sociais que têm posto fim ao capitalismo têm-se sucedido em países economicamente atrasados, e não nos países industrializados. Tal se compreende facilmente se se tiver em conta que vivemos hoje um período bastante avançado da mais avançada das fases do capitalismo — o imperialismo. A realidade imperialista, efectivamente implacável, é a da supressão crescente de fronteiras económicas, através do que os países que constituem o centro da cadeia imperialista exploram os países da periferia (economicamente atrasados), quer no tocante às suas riquezas naturais, quer no que respeita ao baixo custo da sua mão-de-obra, quer no que respeita à utilização das suas parcas possibilidades financeiras, quer enquanto mercados, quer mesmo em termos militares, como carne para canhão.

A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS DE LIBERTAÇÃO ANTI-IMPERIALISTAS

O reconhecimento, por parte de entidades insuspeitas, do facto de ser crescente o abismo económico que separa os países do centro dos da periferia da cadeia imperialista só poderá surpreender aqueles que se recusam a perceber a lógica da cadeia imperialista. Os dois grandes factores que possibilitaram a recuperação do capitalismo no pós-II Guerra Mundial não foram outros senão: por um lado, um país a abarrotar de dólares que escapou ileso às destruições da guerra — os EUA; por outro lado, e sobretudo, o domínio colonialista e neo-colonialista (imperialista) sobre a quase totalidade dos países economicamente atrasados.

Dito isto, interpretar correctamente a actual crise do capitalismo à esca-

la mundial significa, entre outras coisas, o reconhecimento do que se trata, tal como na crise dos anos 30, de uma crise de superprodução, agravada, porém, pelo facto de coincidir (e não é por acaso) com um enorme surto de libertação entre os povos dos países até agora colonizados ou neo-colonizados. Ora este factor (busca da libertação da exploração e opressão imperialistas) altera por completo os dados do problema, já que é ele que impossibilita a existência, nos dias de hoje, de um país como os EUA a abarrotarem de dólares. Tal sucede, com efeito, porque a extensão da crise determina que, num outro ritmo e numa outra qualidade, a luta pela libertação dos povos dos países neo-colonizados seja acompanhada pela luta dos trabalhadores dos países industrializados no sentido da Revolução socialista.

SIGNIFICADO DA LUTA DE CLASSES NOS PAÍSES IMPERIALISTAS

O sensível avanço, quer quantitativo, quer qualitativo, da luta dos trabalhadores dos países do centro da cadeia imperialista é, sem dúvida, o mais importante dos novos dados com que se conta no contexto mundial da luta de classes. Com efeito, tal acarreta para o imperialismo a pior das dores de cabeça: a perspectiva da Revolução socialista no próprio coração da besta. Naturalmente, o reflexo deste estado de coisas é a impossibilidade, para o imperialismo, de poder jogar com não importa que meios na defesa do poder da neo-aristocracia nos países da periferia onde a luta de libertação ameaça a ruptura.

Quer isto dizer que estamos hoje a atravessar o período em que o mundo capitalista se debate com as mais graves contradições: por um lado, a necessidade vital de garantir a manutenção dos países da periferia na dependência (exploração) dos do centro; por outro lado, a impossibilidade de o fazer sem olhar a meios dadas as repercussões nas classes trabalhadoras dos países do próprio centro.

Vietname, Chile, Angola e Zaire são exemplos vivos dessas contra-



O Imperialismo não poderá deixar cair sem resistência o poder fantoche do Zaire, mesmo que lhe seja necessário eliminar o próprio Mobutu

dições e das suas consequências: a intervenção nos dois primeiros gerou forte contestação nos países do centro, ao ponto de no terceiro (Angola) o imperialismo não ter encontrado forma de intervir de modo mais directo com receio das repercussões e consequências, nomeadamente a partir da ajuda internacionalista de Cuba. No caso do Zaire, porém, assiste-se a um desdobramento do imperialismo através do qual a França substitui os EUA (demasiado queimados) no seu tradicional papel de «gendarme» do mundo capitalista, com o requinte da utilização de países da periferia (Marrocos e Egipto) para camuflar a responsabilidade do imperialismo e evitar uma demasiada extensão do repúdio das classes trabalhadoras francesas.

PORTUGAL E ZAIRE — PONTOS ESTRATÉGICOS

O facto é que o Zaire é hoje um país sumamente importante. Importante, porque é o bastião imperialista que serve de muleta à África do Sul e à Rodésia; importante, porque é o quartel-general dos ataques imperialistas às Repúblicas do Congo e de Angola; importante, porque é a praça forte da muralha-tampão que funciona com os Camarões, o Gabão e a

Zâmbia; importante, porque é um país tremendamente rico em riquezas naturais; importante, porque estrategicamente localizado no centro de vários pequenos países africanos cuja debilidade económico-político-militar não lhes permite grandes aventuras nem grande futuro (em termos capitalistas) sem a existência do «gendarme» de Mobutu; importante, enfim, porque confinado com o Sul do Sudão é uma das rectaguardas para o ponto quente Nordeste Africano/Médio Oriente.

Por todas estas razões, é óbvio que o imperialismo não poderá deixar cair sem resistência o poder fantoche do Zaire, por muito difícil que seja ir em socorro de um Governo e da administração ultra corruptos de Mobutu. Mas, com ou sem Mobutu (o que está em causa é um poder de classe), o imperialismo procurará resistir, mesmo que lhe seja necessário eliminar o próprio Mobutu (só no Vietname a CIA montou 6 golpes de Estado para depor governantes por ela anteriormente promovidos a essa condição).

Se m ludirmos as lutas que se travam um pouco por todo o lado, sem menosprezarmos a importância que têm todas essas lutas e a necessidade do seu incremento no sentido de apertar mais e mais o cerco a partir da periferia aos países do centro da cadeia imperialista, parece-nos claro que o que está em causa no Zaire faz deste país o objectivo estratégico nº 1 no que toca a essa periferia.

Resta, como já se deprende, um outro grande objectivo estratégico (Portugal), por ser por aqui que passa a possibilidade imediata do ataque directo aos países do centro, por ser o fermento necessário ao prosseguimento da luta de classes na Europa (e não só), por ser o primeiro ponto de ruptura nessa estrutura sustentáculo da exploração que é a NATO, por ser um ponto estratégico (económico-político) a ganhar para a causa do não alinhamento em termos claramente anti-imperialistas e anticapitalistas, por ser, enfim, país vizinho ou no seu interior dessiminado (através da emigração) dos elos mais fracos da cadeia imperialista na Europa, isto é, dos países mediterrânicos (Espanha, França e Itália).

METALÚRGICOS

Os trabalhadores metalúrgicos efectuaram uma paralisação parcial de quatro horas no passado dia 13.

Esta paralisação que contou com elevada adesão dos trabalhadores deste sector pretendeu protestar pela não inclusão das principais reivindicações dos trabalhadores (regalias sociais e tabela salarial) na Portaria Regulamentadora de Trabalho, em elaboração no Ministério do Trabalho.

Já anteriormente, e devido à impossibilidade dos trabalhadores negociarem directamente com o patronato, as relações de trabalho no sec-

tor eram regulamentadas por uma portaria ministerial, datada de 1975.

No Porto, os metalúrgicos realizaram uma manifestação, nesse mesmo dia 13, frente à delegação local do Ministério do Trabalho e que contou com a adesão de milhares de trabalhadores.

Nessa manifestação foi aprovada uma moção exigindo a publicação do Contrato até ao dia 15. Foi ainda decidida a adopção de novas formas de luta, caso este prazo não seja cumprido.

TÊXTEIS

Numa conferência de Imprensa realizada no dia 12, a Comissão Ne-

gociadora Sindical dos Têxteis denunciou o boicote do patronato às negociações do CCT.

A Com. Negociadora referiu-se ao facto de durante os 3 meses que se passaram desde o início das negociações apenas terem sido aceites pelo patronato 4 das 230 cláusulas do Contrato.

Foi ainda recusada a limitação de 15 por cento nos aumentos salariais, justificada pelos baixos salários contratuais que recebem a maioria dos trabalhadores têxteis e pelo aumento do custo de vida verificado desde Março de 1975 (data da entrada em vigor dos anteriores acordos salariais) se ter cifrado em 42,5 por cento.



dos trabalhadores

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, ... Lisboa

LÊ

ASSINA

DIVULGA

PACTOS COM O IMPERIALISMO

O actual poder político-militar, fiel representante da burguesia nacional e defensor acérrimo dos seus interesses, continua na sua caminhada para o endividamento, para os pactos económicos com o Imperialismo, estando perfeitamente inseridas neste contexto quer a ida de Eanes à reunião cimeira da NATO em meados deste mês, quer a posterior vinda de Walter Mondale, vice-presidente dos EUA, a Lisboa.

EANES AVANÇA

Ramalho Eanes, de há cerca de um mês a esta parte, tem assumido posição que têm inevitavelmente as suas repercussões na política nacional.

A primeira foi o começar a levantar questões ao Governo PS, praticamente não criticado até ao seu recente discurso no dia 25 de Abril. Há portanto neste momento fortes indicações que Eanes terá começado a fazer exigências ao Governo PS, exigências essas que farão perfeitamente o jogo da direita. Poderá ser nesse sentido que se pode interpretar o facto de tudo estar à espera que fosse Mário Soares a deslocar-se à reunião da NATO e 48 horas antes saber-se que quem lá era Ramalho Eanes, possivelmente assumindo uma posição de força ou pressão sobre o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do Partido Socialista.

A segunda posição que terá inevitavelmente os seus efeitos terá sido a de Eanes começar a tomar sobre si parte das responsabilidades diplomáticas, podendo-se verificar esta sua atitude nos contactos desenvolvidos em Londres antes e depois da reunião da NATO com membros de outros países da Aliança Atlântica, o que poderá traduzir-se numa tentativa de preparação do governo presidencialista.

NA NATO

Do seu discurso na reunião da NATO feito na qualidade de Presidente

de Honra, podem-se retirar excertos bastante elucidativos e que revelam bem a política de submissão ao bloco imperialista em que o actual poder está empenhado. Disse Eanes a determinada altura que «o regresso de Portugal à Europa e ao pleno exercício das suas responsabilidades na OTAN, era não só natural como também um regresso real e não apenas verbal». E mais adiante: «se eram inequívocos os nossos propósitos e foi consequente a nossa actuação, o desenrolar dos acontecimentos nos últimos meses atesta bem que os nossos aliados mostram compreender o papel que nos cabe no seio da Aliança, pelo que se esperam passos importantes para nos assegurar a ajuda de que necessitamos em prol de Portugal e dos interesses comuns». É assim que Eanes dá relevo aos últimos meses (escalada de direita) e espera importantes passos a serem dados pelo imperialismo.

A VINDA DE MONDALE

Na sequência dos encontros dos últimos tempos deu-se a visita oficial de Walter Mondale a Portugal, onde reuniu a sós com Ramalho Eanes durante cerca de uma hora e meia (por sinal mais tempo do que estava anteriormente previsto).

Nas declarações finais, Mondale afirmou acerca dessa reunião «tratamos de formas bilaterais de entendimento no campo económico que permitam tirar Portugal da situação económica em que se encontra, e do

auxílio no campo militar. Neste aspecto iremos auxiliar Portugal na modernização das suas Forças Armadas e na criação de uma brigada aero-transportada no quadro da OTAN». Estas afirmações de Mondale não são certamente proferidas «de graça», ou seja, as «ofertas» da brigada aero-transportada e de empréstimos (que acabam por nunca se efectuar nos moldes previstos) não são feitas sem que em troca o Imperialismo obtenha cédências a todos os níveis por parte do Governo português, sem que tenha a certeza da continuação da exploração da repressão.

De salientar ainda a «isenção política» apregoada pelas mais altas patentes hierárquicas da Igreja que desta vez não fez mais do que, através do Cardeal-Patriarca de Lisboa, oferecer um almoço a Walter Mondale onde estiveram igualmente presentes destacadas individualidades políticas (Ra-

malho Eanes, Mário Soares, etc.). E assim que se continua a verificar a estreita aliança entre os interesses da Igreja portuguesa e os do Imperialismo.

Estas três últimas semanas foram pois férteis em conversações no sentido do estreitamento de relações com o Imperialismo e os resultados já se vão apercebendo com o aumento de desenfreado da repressão (Auto-Reconstrutora do Barreiro, estudantes, etc.) e com a afirmação da pessoa do Presidente da República, com as consequências que daí poderão advir, caso os trabalhadores através da sua organização de classe, nas empresas, sindicatos, etc., não conseguirem dar uma resposta rápida e eficaz no sentido, não de servir de molde para negociação, mas de travar o avanço do concluído de forças reacçãoárias que diariamente se está a preparar e organizar.



Eanes à chegada a Londres para participar na reunião cimeira da NATO.

EDITORIAL

As últimas semanas foram marcadas por intervenções da Polícia, a que o novo Poder chama de Intervenção, mas a que sem erro se pode chamar de Choque, uma vez que o material que usa, o comportamento que tem e os objectivos que visa são idênticos aos da polícia de má memória que tinha quartel em Paço de Arcos e que foi dissolvida a 25 de Abril de 1974. As mesmas massas de população são atingidas — trabalhadores e estudantes.

Só nos Açores é que o Poder Central não consegue impôr a força necessária para impedir o carnaval da extrema direita, coligada com o governo Regional.

E o Poder permite-se a ousadia de mandar a polícia de Intervenção ao Barreiro invadir a Auto-Reconstrutora, em pleno coração operário, em meio de esquerda, e com um poder local de esquerda.

É esta a forma que o Poder tem de impôr a recuperação capitalista, a qual é bem marcada pelo regresso diário dos patrões às fábricas. Assiste-se todos os dias a esta manobra infame: o Governo corta o crédito às empresas intervenções, alegando a sua má rentabilidade; propõe o regresso do patrão (o qual aranjará crédito...); e os trabalhadores ficam sujeitos à chantagem de escolher entre o desemprego, e o patrão. É este o motivo porque os patrões regressados conseguem sempre o apoio de um grupo de traba-

lhadores de cada empresa, uma vez que a manobra de divisão antecedeu o seu regresso. Não foi porém o caso da Auto-Reconstrutora do Barreiro, onde a unidade venceu. O que infelizmente não venceu foi uma alternativa revolucionária, como resposta diferente da alternativa reformista que acabou por se impôr.

Mas também entre os estudantes a unidade tem vingado a resposta de massas tem sido enorme — Porto, Coimbra, têm feito manifestações magníficas, que demonstram que o movimento estudantil conseguiu acordar, após estes três anos em que aparentemente (a ao contrário de todo o resto da situação) tinha adormecido. E a conjugação da manifestação estudantil com a manifestação de trabalhadores, no Porto, mostra que de novo se podem conjugar movimentações de massas de origens diferentes.

Mas a alternativa reformista tanto em relação aos estudantes como em relação aos trabalhadores demonstra o nome de reformista que tem. A UEC é contra a greve de Coimbra, embora reconhecendo a adesão estudantil. E é contra porque é «esquerdista» e serve de provocação ao Cardia. Claro que as greves provocam sempre...alguém. Não são inocuas. E em relação às lutas dos trabalhadores o reformismo tem cedido sempre. Cede nos sindicatos que controla, em relação aos contratos colectivos. Cede nas empresas perante propostas dos patrões que tentam dividir

os trabalhadores. Cedeu no Barreiro, indo contra todas as propostas de resistência e adoptando formas de protesto apenas simbólicas. Pretende ceder nos estudantes. E perante a brutal intervenção da polícia na Auto-Reconstrutora, a CT da Lisnave (de carácter reformista) escreve no seu jornal de parede: «não é assim que se dialoga com os trabalhadores». Porque depois de tudo isto eles querem «diálogo», o reformismo continua a querer e a propor o «diálogo» com o Governo!

E na verdade o único «diálogo» possível é a resistência, e a unidade dos trabalhadores, radicalizando as suas lutas e não cedendo. E quando não cedem, vencem.

Esta unidade e esta luta possível arrastará decerto os trabalhadores de base do PS, pois que a divisão dentro do partido do governo é já uma realidade extremamente importante. As bases trabalhadoras e de esquerda do PS não podem suportar os actos deste governo que faz uma política de PPD e CDS, os quais continuam a apelar à aliança entre os três partidos «democráticos», aliança que de facto já existe. Mas esta posição da direcção do PS acarretará decerto uma ruptura dentro dum partido que se diz socialista. Essa ruptura está à vista, e reforçará a unidade da esquerda.